

Educação inclusiva: como fator preponderante à educação escolar efetiva

Maria Ivanete da Silva Bezerra dos Santos

Maria Lúcia Serique Reis

Maria Rosangela de Almeida Aquino

Suélia Cardoso da Silva

Maria do Perpétuo Socorro Moraes Rocha

Darcy Cleide Bezerra da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.88.13

RESUMO

O estudo busca refletir sobre a inclusão no contexto escolar e, considerando-se os aspectos necessários para que a pessoa com deficiência consiga ser realmente incluída. Dentro das instituições escolares alguma ação ainda precisa ser concretizada para que os alunos possam ter seus direitos garantidos. Objetivando uma reflexão sobre diversos pontos essenciais como: flexibilidade curricular, papel da família na inclusão, as tecnologias como suportes no ensino e aprendizagem, professores com formação adequada e uma gestão escolar participativa. Dentro da realidade escolar compreender que são fatores essenciais para que a escola se torne um ambiente propício para atender com qualidade o público da educação especial. Buscar meios onde todos sejam incluídos compreendendo que a cada passo dado é um aluno a mais que inserimos na sociedade. Traz reflexões sobre as deficiências e o papel da escola na inclusão dos alunos. Discute a necessidade de todos estarem preparados no ambiente escolar para receber qualquer tipo de público. Dar dicas de como a escola pode ser um ambiente de implementação de ações educacionais que contemple os anseios de todos, tornando uma escolar inclusiva.

Palavras-chave: educação inclusiva. políticas públicas. ensino aprendizagem.

INTRODUÇÃO

No novo contexto social à Educação Inclusiva garante o direito de todos à Educação de qualidade, podendo ser entendida como um ensino contemporânea com o objetivo de garantir o acesso e permanência de todos na educação. A educação especial é garantida na lei vigente na Constituição federal de 1988, pressupõe a valorização das diferenças, compreensão do processo de ensino e aprendizagem, mudanças de concepções, fazeres pedagógicos inovadores, uso de métodos, técnicas capazes de eliminar barreiras e ultrapassar paradigmas de exclusão.

A educação dos tempos atuais deve gerar práticas educacionais que promovam a inclusão escolar de todos sem descrição de raça ou cor seja de alunos deficientes ou não. Para que essas ações aconteçam dentro das instituições escolares se faz necessário flexibilizar os currículos, fazer uso de diálogo, gestão democrática, uso de tecnologia assistida, incluir no projeto político pedagógico a educação inclusiva, realizar formações continuada e ter em seu quadro profissionais qualificados. Dessa forma a inclusão será garantida para o deficiente físico, intelectual, visual e múltipla, como também crianças com transtornos e com altas habilidades.

Pautado no pensamento de rever aspectos e refletir o que falta fazer no cotidiano escolar para que a inclusão se concretize esse trabalho tem como tema educação inclusiva e o que é necessário para uma educação. Analisar situações e rever novos olhares para a solução da inclusão nos vem em mente o que falta ser feito para efetivar uma ação educativa onde garanta o direito de todos. Diante desse contexto surge algumas indagações: as práticas educativas atuais garantem o direito de todos? A instituição de ensino oferece currículo adaptado e diversificado, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os alunos público alvo do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Partindo desse pressuposto, o presente artigo objetiva identificar os fatores que influenciam nas práticas educativas condizentes com as garantidas em leis e reflita sobre os pontos essenciais para que a inclusão aconteça em todos os aspectos dentro das instituições escolares.

A escolha pela abordagem do tema se deu pela relevância que esse assunto desperta na sociedade atual e que nas escolas a realidade que se verifica ainda é bem distante da almejada e necessária para uma comunidade inclusiva.

Os cursos de formações acadêmicas apresentam uma grade curricular ainda gradativa em relação ao tema uma vez que deveria em todos os cursos e principalmente na pedagogia formar profissionais qualificados para atuar na escola com domínio nas leis sobre inclusão, as deficiências, sala de recursos, avaliações bem como os mais variados métodos e técnicas para acolher a todos. Não há dúvida da imensa relevância do tema para as mais diversas instituições em especial as de educação.

Compreender a inclusão e o que perpassa toda essa temática abre um leque de informações que pode nortear um processo educacional diversificado e atuante onde os direitos seja garantido para os alunos deficientes ou não. A sociedade contemporânea necessita construir o conhecimento onde a atuação de profissionais dentro das escolas assegure a eliminação de barreiras de todo e qualquer tipo, reconhecendo que incluir e acima de tudo saber onde começa o direito de seu público para poder não negligenciar a nem permitir que ninguém de nenhuma forma seja tirado seu direito.

Quanto aos procedimentos metodológicos, será realizado mediante a pesquisa bibliográfica por meio de livros e revistas impressos, artigos e livros digitais/sites. Para melhor fundamentar como suporte teórico utiliza-se pesquisas, livros sobre Currículo, Educação Especial, Políticas Públicas para Educação Inclusiva e documentos como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica- LDB (93/94 de 1996), PCNs (1997), Resolução CNE/CEB 2/2001, a Declaração de Salamanca (1994), para a fundamentação teórica foram estudados autores como: Maria Tereza Eglér Mantoan, 2003 e 2005, cujas obras são permeadas no conceito do processo de inclusão, (FERREIRA, 2006) reformas estruturais, Freire (1996), Carvalho (2004), sobre Avaliação e Planejamento.

Objetivando levar essa discussão no campo acadêmico e para a sociedade civil e escolar, para que assim reflita a importância da educação inclusiva e o que necessita fazer para que essa inclusão escolar tão sonhada seja preocupação de todos e mais cedo possível venha a ser realizada na instituição principalmente dentro das escolas. Que toda a comunidade compreenda seu papel e atue de forma ativa.

DESENVOLVIMENTO

A atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva aborda uma inclusão em sua totalidade, porém a realidade nas escolas e que ainda falta muito a se fazer para a inclusão ser um marco satisfatório, desde a formação inicial se percebe essa defasagem. Os profissionais que atuam nas instituições escolares não possuem conhecimentos adequados, os cursos de formação continuada não dão conta de atender toda a demanda, a diversidade que era para ser valorizada e tida como o empecilho para os profissionais que atuam nas escolas.

A lei de inclusão é de suma importância para a educação inclusiva, orienta e organiza melhor as instituições de ensino o objetivo e adequar melhorando a oferta dos serviços do aten-

dimento ao público. Sobre isso ressalta, a Declaração de Salamanca, (1994):

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

O respectivo documento representa um grande avanço para criação de políticas públicas inclusivas. No entanto, o que se percebe e que a ação dentro das escolas ainda não contempla a maioria desse público seja, com ações ou atitudes.

Alguns pontos essenciais precisam ser garantidos para que o aluno considerado público-alvo do Atendimento Educacional Especial-AEE tenha uma educação de qualidade. Entre as principais mudanças inseridas nas instituições: diálogo, flexibilidade curricular, tecnologia assertiva, gestão democrática e profissionais qualificados. Todos esses pontos juntamente com a lei da educação inclusiva vão superar as dificuldades encontradas. Inserir significa valorizar as competências e não a limitação.

Quando o professor vem de uma formação inicial com uma base e ingressa no mercado de trabalho percebendo a importância da formação continuada, procurando melhorar e atualizar seu fazer pedagógico quem ganha e toda a educação, pois esse profissional pode orientar os pais menos informados, conversar com a equipe gestora sobre práticas exitosas, auxiliar colegas quanto aos alunos que apresentam dificuldades e ainda facilita sua prática do dia a dia. Para Libâneo:

[...] a formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas. (LIBÂNEO, 2000,p. 227).

Com base nas palavras do autor percebe-se a necessidade de uma formação reflexiva onde cada dia se pode melhorar seu fazer pedagógico e esse reinventar torna o profissional mais apto para exercer com qualidade o seu trabalho acolhendo a todos e garantido uma satisfação do trabalho oferecido tanto para o docente que se vê realizado em sua profissão como para os alunos que sentem a qualidade desse atendimento.

Para atuar na escola de forma produtiva é através do diálogo, uma alternativa mais viável no mundo contemporâneo, pois, com certeza quem fala, quem ouve ganha muito com a conversa, a troca de informações, pensamentos e tanto quem participa como quem faz parte da interação lucra com essa forma inteligente e sociável de interagir. Na percepção de Freire (1983):

“Não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não organizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si”. (FREIRE, 1983, p. 43)

O autor enfatiza a importância do diálogo como forma de transformação, pensar em alternativas dinâmicas onde as relações seja facilitada e sem dúvida uma das melhores alternativas para trabalhar a inclusão. Pensando no diálogo entre o envolvido como uma opção para

uma melhoria na educação seria forma atrativa que se pode garantir um andamento correto da ação educativa.

A inclusão requer novas ações mais dinâmicas e participativas onde todos envolvidos possam atuar durante todo o processo. As pessoas com deficiências com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, transtornos e altas habilidades com maior ou com menor grau de comprometimento precisa ser recebida nas instituições de ensino de forma acolhedora e para que isso aconteça se faz necessário saber as mais diversas formas de atendê-los.

Uma criança que está matriculada em um ambiente propício a ações pedagógicas inclusiva, principalmente as com deficiência pode receber orientações adequadas desde o preenchimento da ficha de matrícula. No ato da matrícula, quando o profissional e bem preparado se ele perceber dificuldades na criança ele pode iniciar trabalho, buscando parcerias e informações que ajuda a escola a trabalhar baseada em fatos reais.

A escola como instituição de ensino precisa garantir uma gestão democrática pois, a escola é responsável pelo desenvolvimento integral do aluno nos aspectos físico, emocional, cognitivo e social da criança. Sobre o papel da gestão democrática e participativa na geração da qualidade no âmbito escolar, atualmente uma das temáticas mais discutidas na educação é a forma de como as escolas têm se organizado para construir espaços de relevância nos aspectos administrativos e pedagógicos. Como destaca BARBOSA e HORN (2008):

[...] a construção de um campo dialógico e democrático, no qual a criança ganha vez e voz, mas que não fala sozinha, já que o adulto, parceiro e sensível às suas necessidades, estão com ela em diferentes momentos. Reconhece-se a criança como sujeito de direitos e ativos na construção de conhecimentos[...]. (BARBOSA; HORN, 2008, p. 33).

Na visão dos autores, não se pode pensar em educação sem uma gestão democrática, e a forma mais produtiva de alcançar esse objetivo é através da interação do aluno no processo de aprendizagem e de inclusão, como também dos profissionais que exercem funções dentro da escola. Entretanto, a inclusão pode acontecer com a utilização dos novos aparatos tecnológicos, contribuindo para uma educação mais acessível. Sendo assim, as tecnologias assertivas é o caminho para abrir portas para as pessoas com deficiências. O uso adequado dessas mídias oportunizam maior inserção dos alunos da inclusão com o mundo, desfrutando de diversas adequações que os meios tecnológicos, possibilitando um mundo com oportunidades, sendo acessível às pessoas que possuem alguma necessidade especial. Desta forma, pode-se construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária nos ambientes organizacional, acadêmico e social.

As ferramentas conhecidas como Tecnologias Assistivas exercem na inclusão um papel fundamental permitindo mais autonomia para os alunos com deficiências, porém é necessário conhecer e aplicar no cotidiano escolar. Com a nova era digital se os profissionais souberem utilizar as tecnologias como instrumento facilitador pode-se avançar e realizar um trabalho mais dinâmico e produtivo.

Para ROJAS, SOUZA e CINTRA (2008):

Faz-se necessário, no contexto escolar, de um profissional que acredite na mudança, nas possibilidades, nas ambiguidades, que ouse, que invente, que faça, que se refaça no cotidiano, refazendo sua postura ante sua experiência. A educação grita desesperadamente à procura de pessoas comprometidas com seu caminhar e pessoas que se admiram desse processo, que admiram a vida, que admiram o próprio processo de educar, pessoas acima de tudo competentes, coerentes, perseverantes, que acreditam nos sujeitos, nas mudan-

ças, enfim, na educação. (ROJAS, SOUZA, CINTRA, 2008, p. 31).

Os autores abordam sobre a necessidade de profissionais criativos onde encontre os desafios como oportunidades para novas criações e o mercado de trabalho a cada dia que passa merge mais por esse tipo de empreendedor. As escolas precisam de pessoas que saibam valorizar as diferenças, profissionais comprometidos que se propõem a realizar tarefas com convicção, comprometimento para sua realização pessoal e para a instituição que prestam serviços.

As instituições de ensino precisam que os objetivos estabelecidos sejam alcançados. E esses objetivos estão contido no Projeto Político Pedagógico – PPP, sendo uma das principais ações que pode e deve ser um instrumento de pesquisa onde gestores e demais profissionais recorrem quando existem uma dúvida de qual caminho seguir. O PPP contempla como aspectos essenciais: missão, dados de aprendizagem, diretrizes, metodologias, clientela entre outros. Contudo, no projeto pedagógico da escola ainda não constam questões relacionadas à inclusão dos alunos com deficiência. Conclui-se que a inclusão não pode ser ignorada nesse documento fundamental para o andamento do fazer pedagógico. Conforme VEIGA, 1995:

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 1995, p. 12).

Nesse sentido, Veiga explica a importância do PPP como instrumento dentro da escola e que deve ser construído por todos que compõem a equipe escolar. O PPP é um documento vivo que norteia as ações dos profissionais que operam dentro dos estabelecimentos escolares. Documento que reúne proposta de ação, modifica o rumo a seguir, define e organiza as atividades educativas, é relevante, pois, configura-se como uma ferramenta de planejamento, avaliação onde a equipe gestora e pedagógica consultam a cada tomada de decisão. Servindo de parâmetro para o andamento do ensino e aprendizagem, configurando-se como instrumento inclusivo, pois é participativo e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou abordar e discutir a educação inclusiva: como fator preponderante à educação escolar efetiva. Durante a pesquisa bibliográfica foi possível conhecer os documentos oficiais que regulamentam as políticas governamentais inclusivas. Entende-se que para acontecer a inclusão escolar faz-se necessário que haja a flexibilidade curricular alinhada ao fazer pedagógico, com diálogo, prática da gestão democrática, uso de tecnologia assistida, construção de um projeto político pedagógico que contemple o aspecto da inclusão, além disso é fundamental que as formações continuadas tragam conhecimentos a respeito de como é possível tornar a inclusão uma realidade, pois, assim será possível que os educadores tornem-se profissionais qualificados atuando dentro de um ambiente inclusivo.

Conclui-se que, todos esses aspectos são essenciais para uma educação de qualidade e que já são bastante abordados nas escolas, porém muito ainda falta fazer e pôr em prática dentro instituições escolares e que devido à falta de concretização dessas práticas a inclusão ainda não acontece com tanta intensidade.

Constatou-se que a educação inclusiva é um desafio dos tempos atuais, porém se for

pensada como prática constante de democracia e participação colocando em prática saberes necessário para construção de uma escola de qualidade onde todos são público-alvo, e a preocupação de seus componentes e a formação integral de seus educandos.

Uma mudança mais concreta e duradoura virá na medida em que uma parceria entre as comunidades, as escolas, as universidades e o governo, possibilitem criar condições para um debate e conscientização permanente, levando a um compromisso coletivo de inclusão cidadã. É um embate educacional, mas também essencialmente político, uma vez que somente a pressão social garantirá políticas públicas efetivas e um aporte orçamentário onde a educação seja realmente uma prioridade e na qual a educação inclusiva torne-se um objetivo permanente. Criar uma escola inclusiva só é possível onde há respeito pelas diferenças, considerando a diversidade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. Apresentação e análise das definições de deficiência mental propostas pela AAMR – Associação Americana de Retardo Mental de 1908 a 2002. In: Revista de Educação da Universidade Católica de Campinas, nº 16, São Paulo, p. 33-48, junho de 2004.

BALLONE, G. J. ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE DEFICIÊNCIA MENTAL – AAMR. In: Deficiência mental. Psiq web. (2002). Disponível em: Acesso em 12 de janeiro de 2020.

_____. Deficiência mental. Psiq web. (2003). Disponível em: Acesso em 01 de dezembro de 2007.

BARBOSA, A; GOMES, C. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. In: Revista Brasileira de Educação Especial, v.12, n.1, p.8, 2006.

BRANDI, F. Deficiência mental. (2006). Disponível em: . Acesso em 20 de agosto de 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Congresso Nacional, Brasília, 1996.

_____. SALTO PARA O FUTURO: Educação Especial: tendências atuais/Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

CARVALHO, M.E.P de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. [S.l.:s.n.]. Disponível <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/3_12415.html>. Acesso em: 08/07/ 2021.

_____. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. Disponível em: GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa (orgs.). Caminhos pedagógicos da Educação Especial. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. acesso em 24/08/2020

CARVALHO-FREITAS, M.N.; MARQUES, A.L. Trabalho e pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

CARVALHO, Rosita Elder. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 176.

FERREIRA, S. L. Um programa sobre deficiência mental: um programa para crianças. São Paulo: Menon-Edições Científicas, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Questões de nossa época; n. 67.

_____. José Carlos. Democratização da escola pública: pedagogia crítico – social dos conteúdos. SP: Loyola, 1985.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Caminhos pedagógicos da inclusão. 2002. Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br/>. Acessado em 20/08/2021.

_____. M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

ROJAS, Lucimara; SOUZA, Regina Aparecida Marques de; CINTRA, Rosana Carla Gonçalves Gomes. Dinâmica do trabalho e a organização do espaço na educação infantil. Cuiabá: EDUFEMAT, 2008.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.